



## Operação Compliance Zero

# Última chance de Vorcaro

Ao ter as portas fechadas pela Polícia Federal para negociar delação premiada, o dono do Banco Master tem oportunidade única de firmar um tratado com a PGR, a fim de evitar que amargue a pena por chefiar associação criminosa

» RENATO SOUZA

Depois de uma série de altos e baixos envolvendo a delação de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, investigadores da Polícia Federal estão dispostos a abrir mão de um acordo de colaboração com o banqueiro. No entanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) decidiu oferecer mais uma chance para que o executivo conte tudo que sabe. Os procuradores do caso aguardam novas informações repassadas pelo candidato a delator, assim como documentos e provas relacionadas ao megasquema de corrupção e seus envolvidos.

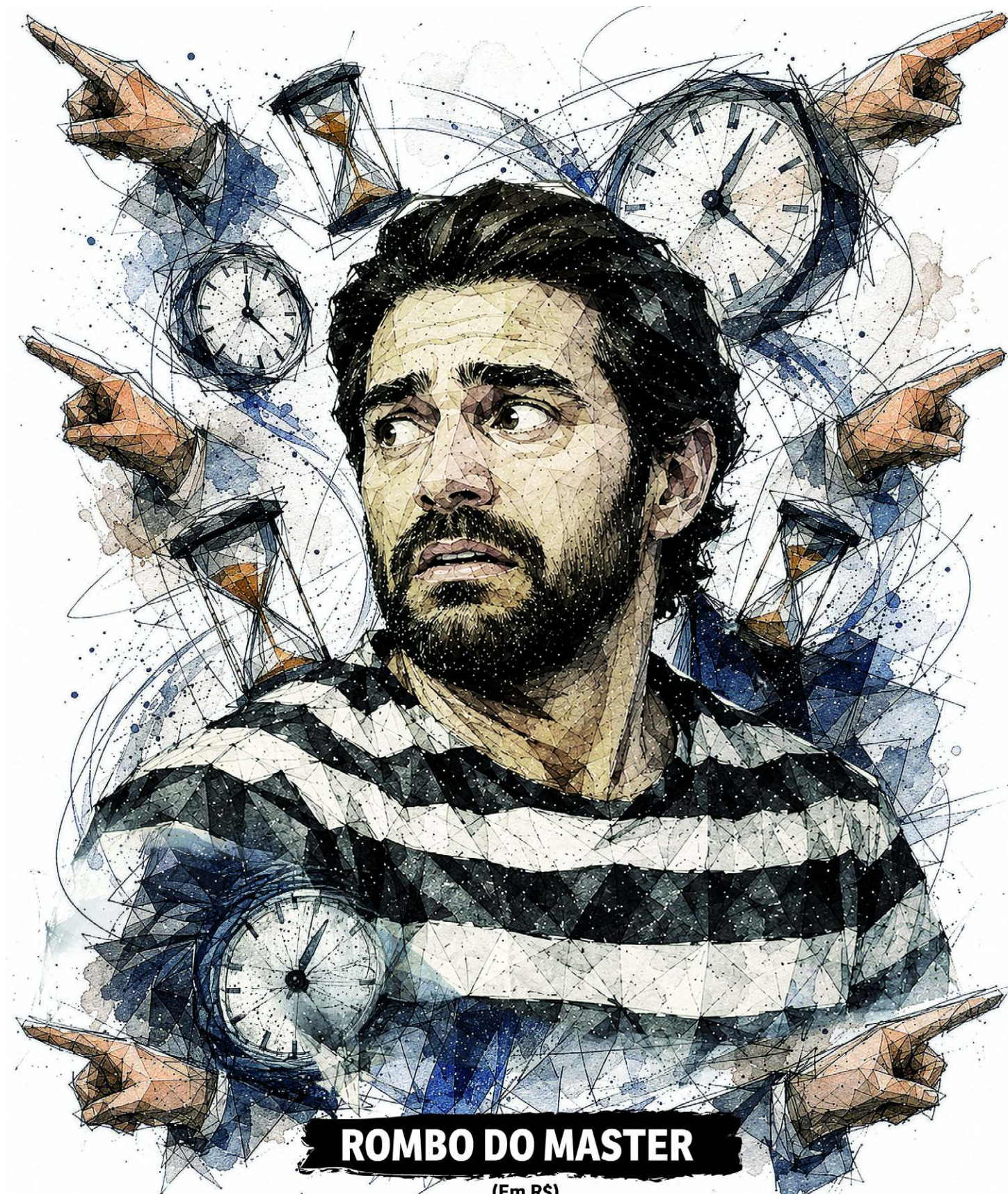
Como mostrou a coluna *Brasília-DF*, publicada na edição de ontem do *Correio*, tudo leva a crer que Vorcaro vai contar agora tudo o que sabe. E dois pontos pesam para aceitar colaborar com a Justiça: a crise pela qual passou Henrique Vorcaro, pai do ex-banqueiro, e a perspectiva de não sair tão cedo da cadeia.

O criminalista Daniel Bialski, inclusive, foi sondado no fim de semana para assumir a defesa, com a perspectiva de que uma proposta bem mais ampla de delação venha a ser apresentada pelo banqueiro.

Agora, na avaliação de integrantes da PGR, com a rejeição do acordo de delação por parte da Polícia Federal, Vorcaro sabe que essa pode ser a última chance de firmar um acordo para reduzir a pena e evitar o bloqueio e sequestro de bens de maneira integral. Em março, ele foi transferido da Penitenciária Federal de Brasília para a Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, em um sinal de abertura das autoridades para a negociação. Em seguida, houve grande expectativa em torno da eventual delação, inclusive, por parte da equipe de investigação.

A avaliação era de que Vorcaro daria detalhes sobre a participação de autoridades com foro, falaria sobre reuniões, pagamento de propina e tráfico de influência. No entanto, logo na primeira proposta apresentada pela defesa, o banqueiro decepcionou a equipe de investigação. O ex-dono do Master não disse tudo que sabia, inclusive, sobre conversas e pessoas com as quais ele manteve contato e a Polícia Federal já tinha o conteúdo das mensagens. Diante da evidente tentativa de proteger contatos próximos, de acordo com avaliação de integrantes da equipe policial, a corporação decidiu recusar a proposta do ex-banqueiro.

No entanto, a defesa obteve a oportunidade de apresentar anexos, com informações complementares e convencer o cliente a fornecer informações de relevância para a apuração. Os anexos, enviados há duas semanas, passaram por avaliação profunda na PF. Porém, mais uma vez o resultado não foi o esperado. Situações apontadas por ele não esclarecem nada além do que os investigadores já sabiam, com base nas provas, apreensão de celulares e quebras de sigilo. Diante disso, a equipe policial decidiu rejeitar por completo o acordo de delação e informar



### ROMBO DO MASTER

(Em R\$)

**40,6 bilhões**  
Liquidação do Banco Master

**6,3 bilhões**  
Will Bank

**4,9 bilhões**  
Banco Pleno

**8,8 bilhões**  
Provisionamento do BRB

**1,9 bilhão**  
Fundos de pensão

**51,8 bilhões**  
FGC

Fonte: relatório de investigação na PF (sigiloso), dados do FGC, Banco Central

isso ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal. A avaliação é de que as negociações só seriam reabertas, caso ele apresentasse provas incontestáveis, que mudassem os rumos da investigação e ajudassem a identificar todos os envolvidos.

#### Caminho do dinheiro

O esquema fraudulento do Master causou prejuízos aos correntistas, com a liquidação da instituição financeira; desfalcou fundo de pensão dos estados; deixou um rombo bilionário no Banco de Brasília (BRB), em razão da compra de títulos podres;

forçou os caixas do Fundo Garantidor de Crédito, que terá que desembolsar R\$ 51,8 bilhões para cobrir os prejuízos do banco de Daniel Vorcaro. A proposta de devolver R\$ 60 bilhões cobre apenas parte do dano causado pelo esquema fraudulento.

No caso do BRB, o banco do DF tem até sexta-feira para publicar o balanço patrimonial, inclusive, apontando qual o prejuízo deixado pela compra dos títulos imprestáveis. Até agora, foram provisionados R\$ 8,8 bilhões em razão da compra de títulos podres. Em relação aos fundos de pensão dos estados, o dano é de R\$ 2,9 bilhões, e a liquidação do Will Bank

deixou R\$ 6,3 bilhões de prejuízo. Porém, mesmo não cobrindo todos os valores, o montante de R\$ 60 bilhões de devolução já representa quase três vezes o levantado na Lava-Jato, tendo em vista todos os acordos de leniência das empreiteiras envolvidas e de colaboração dos condenados.

Uma dúvida que surge em relação ao caso é qual será o destino de todo esse dinheiro. A advogada constitucionalista Vera Chamin, especialista em STF, destaca que o montante deve ser destinado para diversas frentes, de acordo com a decisão da Justiça, mas que o foco será ressarcir os prejuízos causados. "A princípio,

como se trata de um dinheiro supostamente desviado dos cofres públicos, esse dinheiro pode ir para a União. Tem crimes como corrupção, organização criminosa, de competência da Justiça Federal. Com certeza será destinada para ressarcir todas as instituições lesadas pelo Banco Master. É uma opção das autoridades competentes. Podem destinar parte do dinheiro para o FGC, ou diretamente para essas pessoas que acreditaram e perderam muito dinheiro", diz.

O advogado criminalista Wesley Batista explica que primeiro os valores ficam em uma ou mais contas administradas pelo

#### » Gilmar: crise do Master é sistêmica

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou que o escândalo do Banco Master foi associado de forma indevida à Corte e defendeu que a crise é "sistêmica", não restrita ao Judiciário. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Mendes citou falhas de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BC) e afirmou: "A crise do Master não está na Praça dos Três Poderes, está na Faria Lima". O caso ganhou repercussão no STF após revelações sobre ligações dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com Daniel Vorcaro. Gilmar disse não querer "isentar de responsabilidade quem tem", mas ressaltou que eventuais relações dos magistrados com Vorcaro "certamente estão sendo investigadas" pelas autoridades competentes.



**A princípio, como se trata de um dinheiro supostamente desviado dos cofres públicos, esse dinheiro pode ir para a União. Tem crimes como corrupção, organização criminosa, de competência da Justiça Federal. Com certeza será destinado para ressarcir todas as instituições lesadas pelo Banco Master"**

**Vera Chamin, advogada constitucionalista**

Poder Judiciário, até que se defina onde de fato serão aplicados. "Em geral, esses recursos ficam sob controle judicial e podem ter destinos diferentes: devolver valores às vítimas identificadas, reparar prejuízos de instituições afetadas, recompor danos ao patrimônio público ou permanecer depositados em contas judiciais até uma decisão definitiva. É por isso que os valores são pagos apenas após a assinatura do acordo de colaboração e aval da Justiça. Justamente para que a apuração identifique todos os prejuízos causados e quem foram as pessoas e as instituições mais afetadas", destaca.

Valdo Virgol/CB/D.A. Press